



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

POVOS CIGANOS, POVO SILENCIADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL

IRANILDO DA SILVA MARQUES¹

Resumo: A partir de 1574, temos os primeiros relatos de ciganos no Brasil, com a chegada daqueles os que foram deportados de Portugal. Após séculos dessa presença em nossa sociedade, a invisibilidade social construída por meio do “dito pelo outro” reforça o imaginário que transita entre o exótico e o maldito. O Serviço Social, enquanto profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, encontra junto à eles demandas, repletas de possibilidades e desafios. O presente artigo, apresenta e problematiza este tema, a partir da experiência profissional em um acampamento do povo Calon da cidade de Guarulhos-SP.

Palavras-chave: Povos Ciganos; ciganos Calons; Trajetórias de vida; Serviço Social

Abstract: From 1574, we have the first reports of gypsies in Brazil, with arrival of those who were deported of the Portugal. After centuries of their presence in our society, the social invisibility built through "said by the other" reinforces the imaginary that passes between the exotic and the cursed. Social Work, as a sociopolitical, critical and interventionist profession, finds in this demand, challenges and possibilities. The article presents and problematizes this theme, based on professional experience with the Calon people camp in Guarulhos-SP.

Keywords: Gypsies; Calons gypsies; Life trajectories; Social Work.

I INTRODUÇÃO

“E quem não os conhece? Aqueles Homens morenos que com tanta facilidade se movimentam; que vagueiam de um lugar para outro; que se dirigem de cidade em cidade. Era com pavor oculto que o víamos outrora, em nosso tempo de crianças, com seus carros e seus cavalos. E a eles mesmos, os ciganos, nós os contemplávamos com susto, para não dizer com pavor.

Pois, para velhos e para moços constituía uma realidade intocável que os tais “morenos”, os ciganos, eram capazes de devorar outras coisas a mais além do pão. Mas, de um modo geral, quão pouco é o que sabemos acerca da proveniência dos homens desse quilate!(...)”. Mota (org), 2004, p189,

Abordar a origem dos povos ciganos é quase em sua completude, trazer conhecimentos baseados em suposições por falta de registros

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <iran.marqus@gmail.com>

documentais. Uma teoria, contudo, é aceita pela maioria dos especialistas, a partir da constatação da semelhança entre as línguas romani (praticada pelo povo Rom) e a língua hindi (variação do sânscrito, praticada no noroeste da Índia, onde hoje fica o Paquistão). Por meio dessa descoberta, foi possível elucidar a primeira e grande diáspora cigana. Um grande contingente, formado, possivelmente, por uma casta de guerreiros, teria abandonado a Índia no século 11, quando o sultão persa Mahmud Ghazni invadiu e dominou o norte do país. De lá, emigraram para a Pérsia, onde hoje fica o Irã. Um documento escrito por um patriarca de Constantinopla no Século XVI, já advertia sobre a presença dos “adingánous”, um povo errante que, dizia, ensinava coisas diabólicas (Marsiglia, Luciano, 2008).

Divididos em três principais etnias, Rom, Calon e Sinti, estes não constituem um povo homogêneo, nem mesmo dentro dos seus grupos que são subdivididos de acordo com os seus ofícios, artes e de qual região europeia descendem. O nomadismo faz parte das culturas, mas nem todos os ciganos são nômades. Para entender o nomadismo, é necessário romper com a romantização dessa prática, quando existe uma violência da negação lugares para esses povos e não permitem entrar nas cidades, prática higienista que historicamente marcou esses povos e que se reproduz até os dias atuais. Nem todos falam Romani, a qual podemos dizer que é língua mãe. Outros grupos falam línguas que descendem do Romani. O imaginário de uma vida que não tem compromisso com a própria realidade da reprodução do cotidiano colocam esses povos num lugar de não humanos em duas extremidades: do homem em seu ser genérico, que são vive fora da realidade concreta, no patamar do exótico. O outro extremo tira do exótico para um ser humano, desumanizado, selvagem por ser estigmatizado como não civilizado, por não viver ou seguir as regras sociais que as sociedades historicamente impuseram ao homem, como ser civilizado. Nem todos dançam ao redor de fogueiras ou usam roupas coloridas. Esse imaginário é muito forte no Brasil por conta de duas telenovelas apresentadas no ano de 1995, onde as famílias ciganas eram apresentadas sempre reunidas dançando o mesmo tipo de dança e nos mesmos gêneros musicais. A regionalidade tem enorme influência sobre cada grupo cigano de

acordo de onde estejam no Brasil e sobre as suas danças e músicas que são entoadas em suas festas.

Como cigano não é religião, podem expressar sua fé através de serem cristãos (católicos ou protestantes), muçulmanos, judeus, umbandistas ou candomblecistas. O que faz deles um povo é uma sensação comum de não serem gadgés, como chamados em Portugal para definir os não-ciganos. Os termos usados pelos ciganos do acampamento de Guarulhos para os não-ciganos são garróm ou garjão e garrim para as mulheres não ciganas. No nordeste os não-ciganos são chamados de giróns em muitas cidades, principalmente no Estado da Paraíba. Ser cigano é se auto declarar e se identificar como rom, calon ou sinti e ser reconhecido por algum desses grupos. O termo Rhoma, é usado para abranger todos os povos ciganos como nação.

No Brasil o maior e mais antigo grupo existente é o grupo Calon, que segundo registros históricos tem como marco histórico a chegada do Cigano João Torres e sua esposa, deportados pelo governo português para terras brasileiras. Assim, a Política de Povoação, da então colônia, trouxe muitas outras famílias para o Brasil prática que foi feita de forma paralela com a política higienista que inicia com uma alvará em 1526, “Para que não entre entrem ciganos não se saião os que neles estiveram” (MOTA, 2004 pag.212) contra os ciganos em Portugal, que seguia a leis de outros países da Europa como a Inglaterra de Carlos V que inicialmente determinou o crime de nomadismo e a pena: “Todo aquele que for preso em flagrante delito de nomadismo, servirá por toda vida àquele que o tiver capturado[...]” Em 1538, Portugal baixa um decreto que mandava flagelar e banir os ciganos, proibindo terminantemente a venda de qualquer coisa às caravanas que circulavam no território”(Mota, 2004, pag.296). Os relatos dos primeiros ciganos no Brasil, de acordo com o historiógrafo José B. d’Oliveira China em “Os ciganos do Brasil” (Subsdios históricos, etnográficos e linguísticos, 1936), se deu a partir de um despacho do Rei D. Sebastião, o Desejado, na qual comutou à pena de cinco anos para o cigano João Torres de degredo para o Brasil, deixando-o partir das terras Lusas com a sua esposa e filhos. No decorrer do século, Dom João VI em 1647, aumenta o degredo dos ciganos para o Brasil com a assinatura do Trelado da ordem dos ciganos, mandando prender e embarcar as diversas

caravanas de ciganos no seu Reino e embarcando-as para suas conquistas, Angola, Cabo Verde e Brasil.

Os ciganos pertencentes ao grupo Calon, caracterizam-se por serem nômades e descendentes diretos dos povos ibéricos, especificamente Espanha e Portugal e falam o dialeto chibe, que descende da língua Romani. Hoje esses estão espalhados por todo o território nacional em quase todos os estados. Os ciganos do grupo Rom e Sinti chegam ao Brasil, vindos da Europa, principalmente na época da II Guerra Mundial fugindo do Nazismo de países como Alemanha, Itália e França.

As primeiras obras sobre os ciganos no Brasil, trazem relatos de trajetórias de vidas que deu continuidade ao anticiganismo da Europa. João Dornas Filhos, um dos pioneiros ciganólogos do Brasil, publicou em 1948, um ensaio chamado: "Os Ciganos em Minas Gerais", pelo qual podemos compreender que os relatos históricos sobre ciganos, são marcados por discriminações, cujo o cerne se dá a partir do "dito pelo outro" através de uma narrativa que muito mais reforça os estigmas e estereótipos não de relatos do seu próprio povo. O referido ensaio traz a história do povo ciganos, baseando-se em relatos policiais, páginas de jornais policiais, por meio de narrativas de roubos, saques e sequestros e assassinatos pretensamente praticados por ciganos. Essas e tantas outras obras reforçam o estigma forjado a partir do "dito pelo outro"

Dos três grandes grupos, os Calons que vivem a resitência da cultura de morar em acampamentos, é o que apresenta diversos riscos sociais decorrentes do longo processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado de nossa sociedade (Ianni, 1992), de discriminação étnico-racial enfrentado por seus membros desde o início de sua história.

Por ser o grupo que a maioria vive o nomadismo, residem quase que em sua totalidade em barracas de lonas montadas em acampamentos provisórios, situados em ocupações precárias de estrutura, principalmente no que tange a saneamento básico, geralmente localizado nas periferias dos grandes centros urbanos, como é o caso de Guarulhos. Esses grupos sempre estão expostos a inúmeras situações de riscos e enfrentam diversos obstáculos para

conseguirem acessar os direitos fundamentais garantidos em nossa Constituição Federal, como Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social.

O processo histórico influencia no senso comum, que embasado numa visão estigmatizada por vários estereótipos, se reproduz por séculos e perpassam dos pensamentos individuais, para o coletivo e dessa que forma chega para o Serviço Social e nas suas diversas áreas de atuação, exigindo respostas no enfrentamentos a essas situações de riscos sociais agravados.

II POVOS CIGANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A escassez de publicações sobre a temática dos povos ciganos no universo acadêmico é um enorme problema para quem pretende conhecer estes povos em sua totalidade, principalmente quando pesquisamos produções na área do Serviço Social. Como exemplo, ao buscarmos na biblioteca da PUC-SP² sobre a disponibilidade de alguma produção acadêmica ou alguma publicação editorial sobre povos ciganos e apenas foi encontrada uma dissertação de mestrado de 1995, sobre os Ciganos de Portugal. Diante dessa escassez de produção acadêmica, encontramos algumas publicações da Antropologia e o pouco encontrado não traz a contribuição de um debate a partir dos desdobramentos do sistema capitalista na manutenção da realidade desses povos e no agravamento das relações sociais dadas pelo pensamento neoliberal atual que acirra as relações humanas a partir da produção material a partir de uma abordagem Marxista. Trazer para o debate acadêmico os desdobramentos nesse contexto de distanciamento e ausências dessa nova-antiga demanda, é necessário apresenta-la para o Serviço Social como emergente.

A falta de parâmetros teóricos e práticos-profissional foram um dos primeiros desafios da atuação profissional no mês de março de 2014, como Assistente Social na então CIR³Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos (CIR)³, no ano de 2016 mudou a estrutura e sigla para Subsecretaria da Igualdade Racial (SIR), vinculada à Secretaria de Direitos

² Sistema de Pesquisa da Biblioteca “Nadir Gouvêa Kfoury” da PUC-SP. Disponível em: < Acesso: 01/06/2018.

³ Órgão da Prefeitura Municipal de Guarulhos, criada em 08 de junho de 2009 por meio da lei 6.507 com o objetivo de formular, propor, articular e executar políticas públicas que protejam os direitos dos negros, indígenas, ciganos e outros grupos discriminados.

Difusos. Buscar fontes de produções em outras áreas das ciências sociais para construir caminhos para compreensão e superação de uma visão de senso comum constituída apenas da aparência de pré-conceitos cheios de estigmas.

Segundo relatos profissional do Serviço Social que foi o responsável pela gênese das ações trabalho junto aos povos ciganos no referido município, a questão da segurança alimentar foi a primeira ação realizada no ano de 2013, mas o atendimento não se dava de forma equitativa, como política pública, mas, de um “arranjo institucional” de caráter emergencial que era garantido por meio de necessidade apresentada periodicamente por vias burocráticas. Mesmo respondendo as primeiras demandas de forma parcial, o Serviço Social se colocou como a profissão capaz de atender na perspectiva de buscar a integralidade e capaz de dar outras repostas, pois:

“...somos nós, assistentes sociais, os interlocutores deste segmento que praticamente já não mais interessa a quase ninguém. Homens de rua não votam, imigrantes estão sem trabalho, anciãos não são produtivos sob o ponto de vista do mercado, enfim este é o segmento pensado por muitos como uma população sobrando, sem inserção no mercado de trabalho”.(Martinelli, 2005 p. 11)

Paralelo essas ações que se iniciavam através da Coordenadoria da Igualdade Racial, os ciganos organizados em suas diversas associações e de forma representativa dos diversos povos e acampamentos, realizou em Brasília – DF, através da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR-PR), de ações como o Brasil Cigano - I Semana Nacional de dos Povos Ciganos, evento realizado para comemorar o dia 24 de maio, Dia Nacional do Cigano, instituído pelo decreto Presidencial de 25 de maio de 2006. Cujo objetivo é pautar avanços de de forma institucional, ao colocar os poderes públicos como responsáveis na inserção e permanência do povo Rhoma⁴, das diversas políticas públicas, como forma de superação das diversas discriminações sofridas por séculos. Dentre os resultados desse encontro, foi a nomeação de 31 delegados ciganos para participar da II Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) realizada em Novembro de 2013. Ressaltamos também, os

⁴ O termo Rhoma é utilizado para definir o povo cigano em sua totalidade como uma nação.

debates temáticos realizados no evento, como outros resultados significativos, uma vez que estes foram responsáveis pela solicitação de mudanças na legislação que trata desses segmentos, como no seu acesso a programas sociais e serviços públicos. O produto destes debates se encontram na publicação Brasil Cigano⁵ – Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, e no crescente fortalecimento político desse povo tradicional, através da presença ativa de seus (suas) representantes no debate sobre políticas públicas.

Após a II CONAPIR, algumas propostas aprovadas e contidas no Relatório Final do Brasil Cigano⁶, começaram a ser implementadas nas políticas públicas do município de Guarulhos de maneira transversal, inicialmente na área de Saúde e Assistência Social. Dentre elas as principais foram: inclusão das Famílias nos programas de transferência de rendas, com a mudança da exigência da comprovação de endereço, ao referenciar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do território e a exigência de comprovar a matrícula das crianças e adolescentes. A busca ativa por ciganos que não tinham registros de nascimento, e assim buscar a emissão através do processo de solicitação de registro tardio, para assim, garantir a inserção nas políticas públicas. Na saúde todas as articulações foram em trazer a equipe do Programa Saúde da Família (PSF) da UBS Dinamarca, responsável pelo território, para conhecer a realidade desse grupo e a partir da realidade encontrada, considerando as suas particularidades e peculiaridades, entender os riscos dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), atender com equidade e assim buscar a integralidade nas demandas que estavam dadas e as possíveis diante do modo de vida de cada indivíduo pertencente a comunidade e outros que viessem a fazer parte dela.

Com as mudanças nas execuções das políticas públicas, após o Brasil Cigano, o Serviço Social encontrou um vasto campo para desenvolver ações que viesse garantir a implementação dessas políticas de forma equânime e

⁵ Atualmente o guia está disponível para download em: http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/copy_of_povos-de-cultura-cigana. Acesso: 03/07/2018.

⁶ O Relatório final pode ser acessado para download em <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/relatorio-executivo-brasil-cigano.pdf> Acesso:03/07/2018.

garantir a sua permanência de atendimento através de uma construção de redes de proteção e em referenciar esses aparelhos públicos no atendimento dessas população em específico. Referenciar a UBS Dinamarca foi uma ação realizada de forma intersetorial, onde o Serviço Social teve papel fundamental para construir o projeto de justificativa da ação e apresentação dessa demanda, que mesmo atendida na unidade, encontrou no segundo semestre do ao de 2017, os caminhos de formalização desse atendimento como ações diferenciadas.

A experiência profissional adquirida nas constantes buscas por embasamento teóricos, de outras áreas das ciências sociais na temática cigana, apoiada em nosso Projeto ético-político profissional e nas diversas visitas de campo no acampamento com a finalidade de acompanhar o cotidiano a fim de entender a sociabilidade dos calons e criação de vínculos que fizesse aproximar e a quebrar as barreiras históricas, fundadas em violência do Estado e da sociedade não cigana, nas relações com um não cigano, fez com que esse movimento da práxis profissional, avançasse na superação da aparência e cada vez mais nos levasse à essência da vida desses atores sociais, suas estratégias de vida, suas relações com o mundo não cigano e as formas de “artesanatos” que são traçados no cotidiano para arquitetar as formas de sobrevivência com os mínimos sociais, advindas no pós Brasil Cigano.

No período de abril à junho de 2015, a partir da nossa expertise e a urgente necessidade de problematizar e apresentar os desafios das demandas dos povos ciganos para as políticas públicas e como cada agente público que fazia o atendimento desses equipamentos no território pudesse ser sensibilizado para prestar um serviço desconstruído do imaginário social e nessas relações com os ciganos desvendar outras necessidades a partir de cada fazer profissional, construímos uma oficina de sensibilização, nomeada então de “Conversando sobre povos ciganos” que se realizou de abril a junho de 2015 na perspectiva de ser uma formação continuada, por nesses serviços públicos existir um alta rotatividade de pessoal, principalmente nas mudanças de gestão no município que de dão a cada quatro anos.

Como resultado dessa ação, foram realizadas oito oficinas, que chegaram a envolver cinco secretarias, como Educação, Saúde e Assistência Social em oito aparelhos de serviços no território e uma oficina com os gestores escolares e gerentes da Secretaria Municipal de Educação. Chegamos a quase cento e cinquenta profissionais sensibilizados com a temática. Os resultados dessa primeira ação de formação e sensibilização, nos fez formalizar o CRAS Nova Cidade e a UBS Dinamarca com referenciados para atender todas as demandas dos povos ciganos no município e ratificou o Serviço Social como profissão que produz conhecimentos a partir das busca de embasamentos teóricos e da práxis profissional, que atua na defesa dessas políticas para os povos ciganos do Serviço Social no município.

III INTERFACE DOS POVOS CIGANOS NO BRASIL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Com uma trajetória de vida desse povo nômade, sempre foi escrita por relatos bibliográficos baseados em narrativas por quem vivia em um universo de fora do cotidiano dos ciganos e preencheu a história de silêncio em todos marcos históricos sociais. Em nosso país, construído na trama da modernização como estratégia de apagar vários passados de relações sociais fundamentadas através da violência dos colonizadores sobre os colonizados, que se recria é reinventado, perpassando as varias fases da nossa construção socioeconômica em um processo desigual e inacabado, tentaram a apagar a importancia e a contribuição desses povos na diversidade cultural, na contribuição da construção de nação, através do etnocídio que remete a questionar, pelo desconhecimento dessas hstórias, sobre esse o povo e onde estavam por todo esse tempo? De que forma essa invisibilidade social se reproduziu e como ele se reproduz até os dias atuais?

Após anos de lutas desses povos, tantos representados por associações e na resistência de cada dia para manter viva seus modos de vidas, o povo cigano tem uma resposta significativa do Estado Brasileiro para sair da invisibilidade. Em 2009, pela primeira vez na história, foi realizada uma pesquisa oficial para saber onde povo “vagante” estava. A Pesquisa de

Informações Básicas Municipais (MUNIC)⁷, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi realizada com as Prefeituras, numa metodologia que foi bastante questionada pelas diversas associações e representatividades ciganas do Brasil, por incluir uma pergunta sobre a existência de acampamentos ciganos no município e sobre a implementação de políticas públicas voltadas para este grupo da população. Nas palavras de Lu Ynaiah, líder do acampamento cigano de Guarulhos, “os ciganos calons que vivem acampados e preservam o nomadismo, são os que mais sofrem a violência de vários municípios”, pelas prefeituras que comentem o racismo institucional em não dar respostas às demandas e além de executar ações repressivas às presenças desses povos em seus limites territoriais, como não poderia apenas negar sua existência ao apenas responder uma pergunta?. Mesmo com esses questionamentos sobre a metodologia dessas pesquisas, em não revelar de fato a real situação e existência dos ciganos, precisamos entender que essa pesquisa se tornou um grande passo na luta para sair da invisibilidade, quando o Estado produz dados oficiais e confirma que esses povos estão em números significativos espalhados por diversos estados da Federação. A MUNIC de 2009 revelou a existência 290 acampamentos ciganos em municípios distribuídos em 21 unidades federativas. Em 2011, dois anos após a primeira pesquisa, uma nova foi realizada e foram identificados 291 acampamentos ciganos localizados, da mesma forma, em 21 unidades federativas. Em 2009 a pesquisa identificou que a maioria desses acampamentos estava em cidades de pequenos portes 2011 a MUNIC revelou uma maior presença destes acampamentos em municípios com população de 20 a 50 mil habitantes, ou seja, municípios de pequeno porte são os que mais recebem e permitem a permanência desse povo e com uma maior concentração nos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Outro avanço muito importante da MUNIC de 2011 foi incluir na pesquisa a questão por políticas públicas para os povos ciganos. Questionar as Prefeituras sobre a existência

⁷ Os dados dessa pesquisa estão disponíveis em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/pdf/tab167.pdf Acesso: 03/07/2018. Para mais informações sugerimos o site da Secretaria Nacional de Igualdade Racial vinculada a Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/copy_of_povos-de-cultura-cigana Acesso: 03/07/2018

de políticas para os Povos ciganos, de certa parte é mostrar que elas são necessárias e devem ser desenvolvidas de forma diferenciada, de forma equânime para atender essa população em sua integralidade. O resultado revelou que 40 dos 291 municípios com acampamentos ciganos desenvolviam políticas públicas para este grupo étnico – o que corresponde a 13,7% do total de municípios identificados, ou seja, ainda um número muito baixo do universo de municípios onde confirmaram a existência de acampamentos. Uma realidade que os números das escondem é sobre outros grupos de ciganos não acampados, pois em muitos municípios como o de Souza, localizado no sertão paraibano, é uma das cidades com maior densidade demográfica no país, mas a maioria desses povos não vive em acampamentos, mas em casas, das mais precárias às mais confortáveis na cidade. Reiteramos que o fato da forma de moradia ou de não viver a cultura do nomadismo e do acampamento, não tira a ciganidade de nenhum grupo ou de seus integrantes. O exemplo de Souza não é isolado, pois de acordo com os ciganos, que tem parentes em outros municípios pelo país, muitos grupos deixaram de ser nômades e decidiram ser sedentários, como assim os grupos que decidem ir para moradias fixas de alvenarias, se intitulam e são intitulados pelos não ciganos.

O Serviço Social, cotidianamente, necessita dimensionar a realidade das suas demandas para assim em movimentos de aproximações desvendar as condições reais de vida desses indivíduos que compõe esse coletivo de comunidades acampadas e outros que a pesquisa do IBGE ocultou, quando apenas pesquisou por ciganos acampados. Apesar de importantes informações trazidas pelas pesquisas MUNIC, que são quantitativas, pressupõe em buscar outros modos que traga o sujeito para o contato profissional, por meio de pesquisas qualitativas, busca entender esses sujeitos coletivos, nas suas singularidades e particularidades. Diante dessa realidade, que está dada, desse povo historicamente discriminado, conhecer de que forma os integrantes desse grupo, olham para si e para o coletivo, faz com que nos aproximemos de forma constante para conhecer melhor como se identificam no meio que residem e com o mundo:

“Assim sendo, mais do que perguntar por identidade devemos nos perguntar por identidades, por processos de identificação em curso,

pois as identidades são, fundamentalmente, condição de ser e possibilidade, são permanências, e são transformações.” (MARTINELLI, 2013, p. 146).

Assim sendo, na busca da construção de identidades, de uma relação entre o fazer profissional e as expectativas desses indivíduos coletivos que são atendidos pelas políticas onde o Serviço Social encontra seu campo de atuação, começa a ser pavimentados nas contínuas aproximações que se traçam e entrelaçam no cotidiano e nas demandas pessoais e coletivas que surgem nos atendimentos nas relações fundadas na alteridade, onde o para o povo cigano existe dois mundos: o deles, cigano e o nosso, não cigano e mesmo com essas distinções de lugares de sociabilidade, esses mundos se relacionam e precisam um do outro para continuar a existir.

IV- CONCLUSÃO

Diante da experiência profissional apresentada nessa construção de saberes trazidos pela demanda dessa população cigana, concluímos que o Assistente Social não é um profissional singular construtor de práticas, mas essas construções se dão de forma articuladas com os diversos sujeitos desde das instituições em seus níveis hierárquicos, que precisam ser acionados para que algumas ações possam ser realizadas e cada integrante desse grupo étnico, que ao trazer suas vivências e singulares e as experiências coletivas, nos norteiam o que fazer e como deve ser nossa atuação profissional e os embasamentos teóricos que dão suporte para entender e buscar meios de superação da realidade concreta. As barreiras do preconceito e discriminação que violam e tiram a humanidade de cada indivíduo desse grupo, tiveram a possibilidade de rompimento quando ações foram pensadas, considerando as dimensões éticas, política e cultural e deram concretude por vias de uma construção coletiva.

Vale ressaltar que o presente trabalho não tem a intenção de trazer modelos ou práticas prontas, acabadas e exauridas na experiência profissional, mas reafirmar que nossas práticas profissionais são construídas de acordo com as demandas que são postas socialmente de acordo com os desdobramentos

do modo de produção capitalista, produtor e reprodutor das diversas violências avalizadas em muitos momentos históricos e atuais pelo Estado de direito que se nega a reconhecer a diversidade do seu povo-nação e a minorias que são significativas em uma sociedade tão diversa que caminha para a destruição de culturas seculares com o objetivo de cada vez mais se homogeneizar no que tange ao consumo de mercadorias e serviços ofertados no mercado, desde os necessários a uma sobrevivência básica até as necessidades mais supérfluas criadas pelo sistema.

O reconhecimento de que as demandas desses povos, que chegam para o Serviço Social por meio das políticas públicas, necessitam de respostas concretas de acordo com o compromisso ético-profissional. Nesse sentido, as pesquisas em suas diversas metodologias qualitativas possibilitarão a aproximação com o real das vidas que estão em constantes movimentos para compreender quais são os significados que os povos ciganos atribuem a cada prática em suas culturas tradicionais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. *III Curso Livre Marx-Engels*, Manuscritos econômico-filosóficos - Aula 9 – 2012, São Paulo. Editora Boitempo, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vxalNQql0HQ>. Acesso: 18/04/2015.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. *Territórios, Sociabilidades e Territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo*, 2012. 226 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARSIGLIA, Luciano, A Saga Cigana. *Revista Super Interessante*, São Paulo, n 256, p 29, 2008). Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/a-saga-cigana>. Acesso em: 15/05/2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético profissional. *Revista emancipação*, 6(1): Ponta Grossa: Editora Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) 9-23, 2006.

_____. (org). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. 2º Ed. São Paulo, Veras editora, 2012

_____. *Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa*. In: Temporallis. Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, n.9, jun. 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. In: *Serviço Social e Saúde*, UNICAMP, v. 12, n. 2 (16), jul/dez, 2013.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiando e história na modernidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 3ª Edição, 2017

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 6. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O Capital*. Livro I. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOTA, àtico Vilas Boas da, org, 2004. *Ciganos – Antologia de Ensaios* 1. Ed. Brasília: Thesaurus.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: *Revista Serviço Social e sociedade* São Paulo: Cortez São Paulo, n 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

PEÑA, Milcíades. *O que é o Marxismo? Notas de iniciação marxista*. 1. Ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de História Oral*. 1. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. O que faz a história oral diferente. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, jan./jun. 1997.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.